



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 093

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 154.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NELSON DO CARMO — Projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, apresentados por S. Ex.ª, objetivando o aperfeiçoamento econômico de nosso País.

DEPUTADO ERANI MÜLLER — Posicionamento de S. Ex.ª contrário ao aumento dos subsídios dos Deputados. Campanha lançada por S. Ex.ª propondo o não pagamento da dívida externa.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Denúncia de proibição que teria sido determinada pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães, da divulgação de críticas e de ato público contra o novo pacote econômico. Carta aberta à comunidade, subscrita por entidades classistas de Brasília, convocando a população para uma passeata em protesto

contra as recentes medidas econômicas da Nova República. Pronunciamento do economista Paul Singer, publicado no jornal "DCP", edição de hoje, sobre a dívida externa. Próxima realização, em São Paulo, do seminário "Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento".

1.3 — ORDEM DO DIA

— Mensagem Presidencial n.º 44/86-CN (n.º 16/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.188, de 26 de dezembro de 1984, que institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 46/86-CN (n.º 17/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.189, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras

providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 49/86-CN (n.º 18/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.190, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 51/86-CN (n.º 19/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.191, de 26 de dezembro de 1984, que altera o Decreto-lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 154.ª Sessão Conjunta, em 26 de novembro de 1986

4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 19 HORAS E 44 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Oda-cir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Dias Macedo — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amara-l Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira

— Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Arnor Damiani — Jaison Barreto — Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Carlos Vinagre — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; João Augusti — PFL; João Marques — PMDB.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Piauí

Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB.

Ceará

Cláudio Philomeno — PTB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macedo — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Inocência Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Etelvir Dantas — PFL; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PTR.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB;

Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Silvio Abreu — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PSC; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Nelson do Carmo — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólón Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PTB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldino Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Nilton Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Viegas — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Muller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 277 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson do Carmo.

O SR. NELSON DO CARMO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A sessão está retardatária, porque houve, aqui, boatos de uma bomba no Congresso. Creio que bombas temos todos os dias aqui, não há motivos para retardar, e vamos ter muito mais bombas ainda. Temos que tocar para a frente e deixar as bombas de lado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos vivendo graves problemas no Poder decisório deste País. Estamos vendo o Presidente José Sarney tentando salvar um Plano, o Plano Cruzado, através de outro, o Plano Cruzado II.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o Plano Cruzado do Presidente José Sarney foi bom, foi ótimo, só que ele veio de uma maneira aleatória. Foi um belo projeto sem um planejamento e está fadado

ao fracasso. Tivemos a oportunidade de, em 1983, apresentar, nesta Casa, o Projeto n.º 1.544, pelo qual, àquela época, já propúnhamos a desindexação da economia. A proposta da desindexação da economia era proposta de maneira ordenada, de maneira gradual. Seria a desindexação da economia, desindexando-se a correção monetária: 30% no primeiro ano, 30% da desindexação no segundo ano, e 40% em 1988.

Propúnhamos, àquela época, que se congelassem de 12 a 15 itens no primeiro ano — itens básicos da alimentação primária do povo, itens que 60 a 70 milhões de brasileiros consomem: arroz, feijão, açúcar, café, leite, e assim sucessivamente, 12 itens primários básicos da população brasileira, e, ao mesmo tempo, se preparar a economia para o ano subsequente, para congelar 25 ou 30 itens no segundo ano, quando entraria frango, ovo, e não a carne bovina. E por que não a carne bovina? Porque para este tipo de carne há necessidade de um investimento de 4 anos, ao passo que com relação ao ovo e ao franco, o retorno do capital aplicado é rápido, de 3 a 6 meses. Teríamos que congelar produtos em que poderíamos aplicar capital com retorno rápido. Para isso precisávamos preparar a economia com 1 ano de antecedência, e aí congelaríamos 25 itens no segundo ano, com mais 30% da desindexação da correção monetária. No terceiro ano congelaríamos 120 a 150 itens, e aí entraria a cal, o cimento, a areia, a madeira, a pedra, enfim, produtos básicos para classe a003 b baixa, a classe c, a classe d e a classe e. Nesses 120 itens entrariam a TV preto e branco, a geladeira de boa qualidade mas nunca congelar artigos da classe a. É um absurdo! E estamos vendo neste País, o excesso de consumo e o Governo sem condições de resolver o problema.

Aceito, até certo ponto, algumas medidas do Plano Cruzado II, muito embora ele tenha que reprimir a demanda. Não há outra alternativa, desde que essas alíquotas, agora taxadas, sejam temporárias. Assim que vier a normalidade do comércio, essas alíquotas, ora implantadas, terão que ser retiradas.

Sr. Presidente, este era o nosso Projeto de n.º 1.544, apresentado em 1983, pelo qual propúnhamos a desindexação da economia do País àquela época.

Sr. Presidente, nosso Projeto de n.º 5.253 proíbe qualquer tipo de expurgo no cálculo da variação mensal do Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

Sr. Presidente, o tema é palpitante, está na Ordem do Dia e já tivemos umas cinco ou seis mudanças na variação do cálculo do Índice Nacional do Preço ao Consumidor. É um absurdo acontecer isto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Não se admite um País viver à deriva, um País praticamente sem nexo. Como, em tão pouco espaço de tempo, há cinco mudanças no Índice da variação de Preços ao Consumidor?

Por isto, Sr. Presidente, apresentamos esse projeto, proibindo a manipulação desses índices, proibindo qualquer tipo de variação do expurgo.

Tenho o prazer de passar este projeto às mãos de V. Ex.^a, Sr. Presidente, para que — não mais participei do Congresso Nacional — pelo menos V. Ex.^a dê sequência a este projeto, até em regime de urgência, a fim de que acabe, de uma vez, a parafernália vigente no País.

Sr. Presidente, temos na Ordem do Dia o Projeto n.º 5.133, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que o valor da remuneração do empregado seja estabelecida em OTN. Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é muito simples, não vejo porque tanta discussão. É só retirar a palavra "salário mínimo" e colocar "x" OTN, o assalariado passa a ganhar, a perceber "x" números de OTN. Não interessa quanto vale a OTN, se não vão mudar, daqui para frente, essa sigla, será LBC. É válido o projeto. Infelizmente ou felizmente, foi arquivado face à aprovação do pacote do Presidente Sarney, o plano cruzado, cujo pacote coincide com os meus projetos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erani Müller.

O SR. ERANI MLLER (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com bomba ou sem bomba, estamos aqui para cumprir o nosso dever de Parlamentar e destacar que hoje, pela tarde na sessão da Câmara, foi discutido o projeto que concede aumento aos Deputados na ordem de 110%. Nós, em particular, e também outros Parlamentares, tivemos a oportunidade de nos manifestar contrário, porque, enquanto há um congelamento nos salários de todo trabalhador brasileiro, enquanto praticamente todas as classes sociais não têm aumento do seus vencimentos, seria um acinte, seria um desrespeito, seria uma provocação imperdoável que os Deputados que representam esse mesmo povo passassem a contar, a partir de 1.º de fevereiro, com um aumento de 110%. Não concordamos de forma alguma.

Também aqui, nesta Casa conjunta, respeitando talvez a opinião dos Srs. Senadores, não sabemos se o aumento dos seus vencimentos será nessa base.

Dizemos, alto e bom som, que discordamos frontalmente do projeto. Tanto que hoje foi feita a verificação de quorum, foi discutida a matéria e a proposta que estamos fazendo é que se aguarde a próxima Legislação, que os Deputados Constituintes tomem a decisão que entenderem. Estamos encerrando esta Legislação. Não que queiramos lavar as mãos, mas apenas no respeito ao nosso povo, ao trabalhador cidadão, urbano, ao trabalhador rural, que com tantas dificuldades está enfrentando problemas seriíssimos, porque, se houve o congelamento no preço das mercadorias, muitas indústrias, muitas multinacionais não o estão respeitando, estão boicotando, estão maquiando os produtos, estão oferecendo os produtos no mercado a preços aumentados, mas os salários, os preços dos produtos primários estão congelados; nos que representamos o povo brasileiro no Congresso Nacional, seria uma grande injustiça, não poderemos de forma alguma, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tomar esta medida. Amanhã quero poder, de cabeça erguida, enfrentar, olhar nos olhos os meus filhos, os meus netos, a minha esposa, os meus familiares, os meus amigos, e não passar pelo mau momento de dizer que traímos o povo brasileiro. Quando houve, agora, o lançamento do Plano Cruzado 2, o lançamento das metas na semana passada, consideramos uma verdadeira traição, de parte das autoridades do Ministério da Fazenda, do Presidente da República, ao povo brasileiro.

Por isso, aqui deixamos manifestada a nossa discordância quanto este aumento tão grande, de 110% nos salários, nos vencimentos dos Srs. Deputados.

Também aproveitamos a ocasião para dizer que estamos lançando uma campanha em favor do não-pagamento da dívida externa, em favor da decretação da moratória. Estamos enviando correspondência a todos os órgãos de imprensa, emissoras de rádio, televisão, jornais a todos os Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, Prefeituras, Vereadores, enfim, a todos os segmentos da comunidade brasileira, para que se aliem nesta luta, que deve começar aqui, pelo Congresso Nacional, porque a dívida externa realmente está corroendo as entranhas da economia do nosso povo.

O Presidente da República José Sarney, recentemente, na sua fala na Organização das Nações Unidas, disse que não seria graças à miséria, não seria graças ao sacrifício do povo brasileiro que se pagaria a dívida externa. Na verdade, é isto o que está acontecendo, porque são, afinal de contas, 12 milhões de dólares enviados anualmente para o exterior, para pagar os juros e os serviços da dívida externa. Precisamos decretar a moratória. É uma questão de patriotismo. É preciso que todo o cidadão brasileiro se conscientize da importância dessa tomada de posição. Afinal de contas, não seriamos os primeiros, muitos e importantes países do Mundo já tomaram essa decisão: a interrupção de 20, 30 anos no pagamento da dívida externa. E não vamos dar de caloteiros. Vamos dizer que devemos, mas que, no momento, não podemos pagar. É uma suspensão temporária apenas. Essa verdadeira babilônia de dinheiro que está fugindo, que está saindo do nosso País para os bancos internacionais, se aplicado especialmente na produção primária, na agricultura e na pecuária, na melhoria das condições do homem brasileiro, haveria de proporcionar uma reviravolta neste País. Poderemos

realizar a reforma agrária tranqüilamente. Poderemos fazer com que se reverta o atual quadro, estamos importando grande parte dos alimentos que consumimos. Podemos solucionar os problemas da fome do nosso povo brasileiro e os dados da ONU dizem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que temos 30 milhões de irmãos nossos padecendo, passando privações, subnutridos, mal-alimentados, sujeitos a doença, a uma morte prematura. Podemos reverter esse quadro dantesco, esse quadro que entristece e que é uma vergonha nacional e fazer até mesmo que o nosso País se transforme em um exportador de alimentos.

A moratória precisa ser decretada. O pagamento da dívida externa tem que ser interrompido.

Por isso, também aqui lançamos, alto e bom som, esta proposta à comunidade brasileira, a todo povo, a toda Nação, para que determinemos uma ação efetiva, uma campanha nacional em todos os segmentos da sociedade brasileira, pelo não-pagamento da dívida externa brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Primeiramente, deixo registrado nos Anais do Congresso que o Presidente da CUT do DF, Francisco Domingos dos Santos, mais conhecido como Chico Vigilante, denunciou a esta Liderança que tem conhecimento de uma determinação informal do Ministro Antônio Carlos Magalhães proibindo as emissoras de rádio e de "Tv" divulgarem críticas ao "pacote" recentemente divulgado, bem como matéria sobre o ato público que as entidades sindicais da CUT e CGT promoverão amanhã, às 17 horas, nesta cidade.

Além disso, esses mesmos líderes sindicais foram convocados, por telefone, a ir à Secretaria de Segurança Pública, onde estão discutindo com o Secretário de Segurança a questão do ato de amanhã.

A que visa o ato de amanhã? Visa ao questionamento do pacote econômico. A própria classe trabalhadora diz que é insustentável, que não dá para agüentar esse processo, porque, sempre e sempre, os únicos a serem prejudicados, a serem punidos, neste País, são os trabalhadores.

Registro, aqui, a própria convocação, a Carta Aberta à Comunidade, que solicito sejam divulgadas e registradas integralmente no final deste pronunciamento.

Ainda faz parte deste discurso, Sr. Presidente, as ponderações de um economista importante deste País, integrante da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, Paul Singer, que, analisando a questão do pacote econômico, faz as seguintes colocações:

"A conjuntura econômica brasileira não é a mesma experimentada em 1983, quando a economia era submetida ao receituário amargo imposto pelo Fundo Monetário Internacional, ante o definhamento das nossas reservas cambiais. O governo brasileiro ainda dispõe de poder de barganha para negociar a dívida externa com base em parâmetros que lhe permita reduzir pela metade a remessa de dólares para o Exterior, como condição mínima para preservação da nossa soberania nacional."

Paulo Singer continua:

"A meu ver, a grande causa da crise do capitalismo decorre das bases fincadas pelas políticas nacionais, praticada pelos países devedores nas quais seus governos perdem autonomia e o controle sobre as variáveis econômicas" sentenciou Singer, ao esclarecer que a mudança desta posição não só pela renegociação da dívida externa, com base em espectro mais amplo, como principalmente pela reformulação do sistema financeiro internacional, envolvendo principalmente o Fundo Monetário Internacional, que teve seu papel distorcido ao longo do tempo, pois na época de sua constituição, em 1946, apregoava o sentido de co-responsabilidade entre os países-membros para o crescimento de suas respectivas economias, tentando desta forma

evitar a detonação de novas crises parecidas com a ocorrida nos anos 30, que levou à insolvência de algumas nações.

Embora admita a inclusão de mais temas na mesa de negociação da dívida externa possa não ser aceita pelos países credores, o economista entende que, o Brasil não deve temer represálias do tipo da suspensão de recursos que abrangem as linhas de financiamentos de exportação e interbancárias, que deve totalizar, algo próximo, de cerca de US\$ 15 bilhões, conjuntamente.

E ainda coloca:

"Poderíamos, eventualmente, submeter aos nossos credores a suspensão de pagamentos, por um período determinado, assim como o governo procedeu com o Clube de Paris, em que paralisou o desembolso dos juros por um ano devido à insistência daquela entidade em não negociar um reescalonamento da dívida externa."

Mas será esta a melhor alternativa, assim como entrada de dinheiro novo, dentro das mesmas bases de concessão de créditos, já negociadas incapazes de permitir a redução de sangria de recursos para o Exterior questionou. E acrescentou: "A sociedade brasileira é que deve definir os sacrifícios que está disposta a arcar."

Solicito ainda, Sr. Presidente, seja registrado integralmente o pronunciamento de Paul Singer, que dá notícia da realização, em São Paulo, de 1.º a 5 de dezembro, no Centro de Convenções de Rebouças, o Seminário denominado "Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento".

"Neste sentido o direito internacional delibera que todo contrato, tratados internacionais estejam sujeitos a duas cláusulas básicas: a primeira de que versa sobre o seu cumprimento, mas há uma segunda cláusula que confere direitos à parte devedora a se opor ao pagamento, ou então renovar as bases contratuais, se houve modificações substanciais sobre as relações existentes daquelas verificadas na época da contratação do acordo", explicou Mac Dowell de Figueiredo, ao acrescentar que este posicionamento jurídico nunca foi levado em consideração na negociação da dívida externa.

Nesse Seminário se discutirá, inclusive, a questão jurídica da dívida externa.

Assim, não há como o Sr. Antônio Carlos Magalhães e o Secretário de Segurança Pública virem a reprimir as manifestações de amanhã, porque há uma expressão legítima da população em reação contra o pacote econômico.

Afinal de contas, nós, Nação brasileira, somos soberanos. Devemo-nos pronunciar e nos colocar em relação a esse pacote, em relação à submissão do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, ou não? A nosso ver, sim. E não é justo que, numa imposição se censure a imprensa, numa imposição se ameace, como está fazendo, hoje, o Secretário de Segurança.

Portanto, Sr. Presidente, solicito seja registrada a posição do Economista Paul Singer, publicada hoje, quarta-feira, dia 26 de novembro de 1986, no DCI, página 11, além das convocatórias para o ato público da CUT e da CGT, e de outras entidades. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO;

CARTA ABERTA À COMUNIDADE

O povo brasileiro, especialmente quem votou no PMDB e PFL acreditando nas mudanças prometidas desde as campanhas das Diretas Já, foi covardemente traído.

Acreditou e votou maciçamente em proposta de mudança.

Mudanças das condições de vida e trabalho, para melhor. Pensava encontrar, votando, a sua redenção.

Entretanto, mai terminam as apurações, caem as máscaras e novo golpe traiçoeiro é desfechado contra nós: mais um pacote econômico para cumprir as determinações do Fundo Monetário Internacional.

Os votos dos trabalhadores sendo usados como respaldo para um pacote, que a exemplo de todos os outros, desde a ditadura, só vieram em nosso prejuízo.

Por certo, este governo do PMDB/PFL, conta com a certeza de que ficaremos quietos à espera de que nos tomem o pouco que temos.

Pelo contrário, somos contra o pacote e contra ele lutaremos!

Basta de decretos-leis! Basta da hipocrisia de um governo que só tem compromissos com os ricos, que nunca teve calos nas mãos, nunca puniu os grandes ladrões deste País ou os assassinos dos trabalhadores do campo e da cidade.

Queremos dar um basta aos desmandos desta Nova República que não satisfeita em congelar nossos salários, quer promover uma Reforma Administrativa, sem discussão, vem agora vender, privatizar, esvaziar empresas construídas com o suor dos trabalhadores, como os Correios, como o BNH, a Caixa Econômica Federal, a SUDHEVEA e tantas outras que nos pertencem, pois as construímos.

Chamamos todos os trabalhadores à união, à luta conjunta!

Todos juntos somos fortes!

Um pequeno grupo de privilegiados não vai continuar traçando os rumos de nossas vidas através de pacotes!

Convocamos toda a população do DF a paralisar suas atividades na 5.ª feira, dia 27 de novembro, a partir das 14 horas, e nesta hora nos reunirmos na plataforma inferior da Rodoviária (no lado que dá para o Congresso Nacional). De lá sairemos em passeata pela Esplanada dos Ministérios levando faixas, cartazes, batendo panelas. Faremos uma parada no Ministério da Fazenda, caminhando em seguida até a porta do Planalto onde promoveremos um grande Ato Público contra o pacote.

Os ônibus e todos os carros deverão rodar com os faróis acesos e farão buzinação às 17:45 horas.

Por um real congelamento dos preços, por empregos, por salários justos, contra privatização de nossas Estatais, contra os pacotes, pela Reforma Agrária!

VAMOS TODOS JUNTOS À LUTA CONTRA MAIS ESSE PACOTE ANTIPOVO!

Entidades que assinam: CUT, CGT — SINDICATOS: Professores, Bancários, Rodoviários, Sintel, Auxiliares em Administração Escolar, Senalba, Arquitetos, Derivados de Petróleo, Vigilantes, Sindicatos, Assistentes Sociais, Asseio e Conservação, Odontologistas, Gráficos, Escritores, Síndica, Psicólogos, Enfermeiros, Médicos, Comerciantes, Profissionais em Processamento de Dados dos Estados: CE, PA, PE, MG, RJ, DF, GO, PR, RS e MT. Associações: Aposentados e Pensionistas, Servidores da EBTU, Servidores da FSS, Servidores da SUDEVHEA, Servidores da ECT, Servidores da NOVACAP, Servidores do BNH, Cultural Cuba-Brasil, Moradores do GUARÁ, Profissionais em Processamento de Dados Nacional. Entidades: DIAP, CODEMUT, Fundação Wilson Pinheiro, Centro de Estudos Universidade Popular — CEUP, Federação Nacional dos Arquitetos, Federação dos Trabalhadores no Comércio do DF, Comissão Pró-entidade de Base dos Servidores Públicos. Partidos: PDT, PT, PCB.

"PAÍS AINDA PODE BARGANHAR"

Solange Vasconcelos

"A conjuntura econômica brasileira não é a mesma experimentada em 1983, quando a economia era submetida ao receituário amargo imposto pelo Fundo Monetário Internacional, ante o definhamento das nossas reservas cambiais. O Governo brasileiro ainda dispõe de poder de barganha para renegociar a dívida externa com base em parâmetros que lhe permita reduzir pela metade a remessa de dólares para o Exterior, como condição mínima para preservação da nossa soberania nacional."

Paul Singer, economista, defendeu ontem este ponto de vista, ao enfatizar que a recuperação das nossas reservas cambiais não passa necessariamente pela adoção de medidas incentivadoras capazes de deter a fuga de capital externo, como a volta de políticas regulares de desvalorizações cambiais e estímulos de IR, mas principalmente pela introdução de novos parâmetros, que deveriam ser expostos na mesa de negociação com os credores, envolvendo os aspectos políticos e jurídicos

relacionados à dívida, não se limitando apenas à observação dos aspectos econômicos, este último que isoladamente analisado é limitador e compromete a manutenção de uma política nacional.

"A meu ver, a grande causa da crise do capitalismo decorre das bases fincadas pelas políticas nacionais, praticada pelos países devedores nas quais seus governos perdem autonomia e o controle sobre as variáveis econômicas" sentenciou Singer, ao esclarecer que a mudança desta posição passa não só pela renegociação da dívida externa, com base em espectro mais amplo, como principalmente pela reformulação do sistema financeiro internacional, envolvendo principalmente o Fundo Monetário Internacional, que teve seu papel distorcido ao longo do tempo, pois na época de sua constituição, em 1946, apregoava o sentido de co-responsabilidade entre os países membros para o crescimento de suas respectivas economias, tentando desta forma evitar a detonação de novas crises parecidas com a ocorrida nos anos 30, que levou à insolvência de algumas nações.

Embora admita que a inclusão de tais temas na mesa de negociação da dívida externa possa não ser aceita pelos países credores, o economista entende que o Brasil não deve temer represálias do tipo da suspensão de recursos que abrangem as linhas de financiamentos de exportação e interbancárias, que deve totalizar, algo próximo, de cerca de US\$ 15 bilhões, conjuntamente.

O Brasil tem meios de contornar este tipo de situação, enfatiza Singer, através de uma negociação unilateral com os países para os quais exporta, que poderiam abranger várias alternativas: dinamização do sistema de trocas (em vez de pagamento, em contrapartida das importações) ou ainda propor receitas com bases e outros padrões monetários que não sejam os dólares.

E ainda: propor um sistema de encurtamento das linhas de exportações cedidas para países compradores das mercadorias brasileiras, que hoje são alongadas graças aos créditos concedidos pelos credores nas linhas de exportações, que possibilitam assim agilizar o pagamento das nossas importações. Neste ano, o encurtamento destas linhas significa a entrada mais rápida no nosso fluxo de caixa.

Por outro lado, complementa Singer, nossas exportações representam uma relação de 2 para cada 1 importada, o que significa ainda certa flexibilidade na obtenção de saldos comerciais positivos. Reconhece, porém, que a crise cambial, se agravou em outubro último em razão de política expansionista de importação e parte

pela queda das exportações, provocadas pela expectativa de máxi, que induziu os exportadores à prática de sub-faturamento.

"Poderíamos, eventualmente, submeter aos nossos credores a suspensão de pagamentos, por um período determinado, assim como o Governo procedeu com o Clube de Paris, em que paralisou o desembolso dos juros por um ano devido à insistência daquela entidade em não negociar um reescalonamento da dívida externa.

Mas será esta a melhor alternativa, assim como a entrada de dinheiro novo, dentro das mesmas bases de concessão de créditos, já negociadas incapazes de permitir a redução de sangria de recursos para o Exterior" questionou. E acrescentou: "A sociedade brasileira é que deve definir os sacrifícios que está disposta a arcar."

Seminário

Na verdade, o economista considera como instrumento mais adequado para a renegociação da dívida externa a inclusão dos aspectos políticos, econômicos e jurídicos, que entrelaçados darão uma nova composição de força aos países devedores.

Para tratar deste assunto especificamente, iniciará, em São Paulo, entre os dias 1.º e 5 de dezembro próximos, no Centro de Convenção Rebouças, o Seminário denominado "Conferência Internacional sobre a Dívida Externa dos Países em Desenvolvimento", que trará especialistas de países da Europa, Estados Unidos e América Latina, evento patrocinado pelas Associação Brasileira de Juristas Democratas (ABJD), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e Associação Internacional de Juristas Democratas (AIJD).

"A realização deste simpósio não trata de um jogo de cartas marcadas, trata de levantar questões e propor soluções para o encaminhamento da dívida externa, envolvendo todos estes aspectos", reiterou Paul Singer.

Conforme ressaltou ontem em entrevista coletiva, Samuel Mac Dowell de Figueiredo, da ABJD, será discutida no seminário a questão da legalidade sobre a contabilização sobre a dívida externa de recursos captados para o pagamento dos juros, que estavam sujeitos às políticas monetárias implementadas pelos países desenvolvidos, sem a contrapartida de recursos alocados efetivamente para investimentos. A subida dos juros nos mercados internacionais e a elevação dos preços de petróleo ocorreram à revelia dos países endividados, e, neste caso, presumem-se estimativas que a dívida externa brasileira teria inchado cerca de US\$ 30 bilhões, por conta daquelas medidas.

"Nesse sentido, o direito internacional delibera que todo contrato, tratados internacionais estejam sujeitos a duas cláusulas básicas: a primeira de que versa sobre o seu cumprimento, mas há uma segunda cláusula que confere direito à parte devedora a se opor ao pagamento, ou então renovar as bases contratuais, se houve modificações substanciais sobre as relações existentes daquelas verificadas na época da contratação do acordo", explicitou Mac Dowell de Figueiredo, ao acrescentar que este posicionamento jurídico nunca foi levado em consideração na renegociação da dívida externa.

Outra questão que deve ser encarada à luz dos aspectos jurídicos são as inúmeras comissões concedidas aos bancos credores, dadas as exigências quanto à escolha dos tomadores finais para a destinação de recursos negociados nos acordos de **relending**, reforçou Monica Beer, economista da Cebap. Neste aspecto, os bancos credores se negavam a financiar determinados tomadores finais com o propósito de levar algumas empresas a conceder gratificação extras para a sua viabilização.

Conforme realçaram os presentes, este seminário poderá proporcionar ainda a articulação de uma política conjunta apresentada pelos países devedores, a serem encaminhadas aos credores.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à apreciação das Mensagens Presidenciais n.ºs 44, de 1986-CN (9.ª Sessão), e 46, 49 e 51, de 1986-CN (6.ª Sessão)

Dada a inexistência de **quorum**, nos termos do § 2.º do art. 29 do Regimento Comum, a presidência vai encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Antes, porém, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, neste Plenário, destinada à votação das redações finais dos Projetos de Lei n.º 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1987/1989 e n.º 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58 00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0 17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46 00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0 17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 90

(abril/junho de 1986)

Está circulando o número 90 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- Organização do poder. A institucionalização do Estado — **José Alfredo de Oliveira Baracho.**
- O ideal federalista nas revoluções brasileiras — **Moacyr Benedicto de Souza.**
- Direito e Justiça (a propósito da Constituinte) — **Edma Romariz.**
- Sistema jurídico — **Hérbat Spencer B. Meira.**
- As lacunas no Direito Constitucional — **Celso Fernandes Campilonso.**
- O "imperium" no Direito romano — **Silvio Meira.**
- A economia degradou o direito — **Machado Pauperio.**
- Do mandado de segurança — **Carmen Lúcia Antunes Rocha.**
- A atuação do Ministério Público na proteção dos interesses difusos — **René Ariel Dotti.**
- Ordem pública mundial: ordem pública verdadeiramente internacional no Direito Internacional Privado — **Jacob Dolinger.**

- A evolução doutrinária e jurisprudencial da proteção internacional dos direitos humanos nos planos global e regional: as primeiras quatro décadas — **A. A. Cançado Trindade.**
- Princípios de Direito Fluvial na bacia do Prata — **Christian G. Caubet.**
- O parlamentar e a legislação ambiental — **Paulo Affonso Leme Machado.**
- O direito adquirido e a mudança de interpretação da Administração em matéria contratual — **Arnoldo Wald.**
- Regimes jurídicos de pessoal — **Sebastião Baptista Affonso.**
- Las dimensiones de la criminalidad — **Manuel López-Rey.**
- O pessoal das prisões e os presos — **Armida Bergamini Miotto.**
- Religión de jóvenes (y adultos) en la cárcel — **Antonio Beristain.**
- Adoção nacional e internacional — **Antônio Chaves.**

À venda na
Subsecretaria
de Edições Técnicas,
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
— CEP 70160 —
Brasília, DF.



Assinatura
Para 1986
(Números 89 a 92)
Cz\$ 160,00

Encomendas mediante vale postal, cheque visado, pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17